

# OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

## INFORME BRASIL Nº 130

Período: de 26/06/04 a 02/07/04

Franca – Brasil

- 1-Elio Gaspari lança o quarto livro de sua série sobre a Ditadura Militar
- 2-General brasileiro assume comando de missão da ONU no Haiti
- 3- Nova busca tentará localizar corpo de desaparecido no Regime Militar
- 4- A Força Nacional de Segurança Pública
- 5- Rumores sobre demissão do ministro da Defesa persistem
- 6- Governo federal transfere barco para a Namíbia
- 7- Viegas discute ajuda financeira do governo à empresa aérea Varig
- 8- Planalto recebe regulamentação de Estatuto do Desarmamento
- 9-Dois homens invadem unidade do Exército e trocam tiros com sentinelas

### Elio Gaspari lança o quarto livro de sua série sobre a Ditadura Militar

O lançamento do livro “A Ditadura Encurralada”, do jornalista Elio Gaspari, foi noticiado por grande parte da imprensa. Este é o quarto livro da série de cinco a ser completada pelo jornalista em sua análise do regime militar brasileiro. A primeira série, intitulada “As Ilusões Armadas”, contou com os volumes “A Ditadura Envergonhada”, que trata do período de 1964 a 1968, e “A Ditadura Escancarada”, que se refere ao período de 1968 a 1973. A série atual, chamada de “O Sacerdote e o Feiticeiro”, se inicia com “A Ditadura Derrotada” (que vai até a derrota eleitoral do governo em 1974 e a retirada da censura do Estado) e prossegue com “A Ditadura Encurralada”. O último título do jornalista não tem data prevista para o lançamento. Segundo *O Estado de S. Paulo*, “A Ditadura Encurralada” é um livro de diálogos e documentação vastos que reproduz o embate entre o presidente Geisel e de seu chefe de Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, contra os setores militares mais conservadores. A obra explica o processo que levou o regime militar a buscar a legitimação junto à sociedade civil e, de acordo com *O Globo*, prova que a violência na repressão política tinha o aval dos generais. (*O Estado do S. Paulo – Nacional – 26/06/04; O Globo – O País – 26/06/04*).

### General brasileiro assume comando de missão da ONU no Haiti

Conforme já noticiado no *Informe Brasil* anterior, tropas brasileiras começaram a patrulhar a capital do Haiti, Porto Príncipe, no dia 25, substituindo tropas de uma força multinacional. O comando das tropas da Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti, a Minustah, foi transferido oficialmente do general de marines americano Roland Coleman para o general-de-divisão brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira. Desta forma, o comando da missão, antes exercido pelos Estados Unidos, passou para as Nações Unidas. O general brasileiro considera que o maior desafio no país será o desarmamento. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, deverão chegar ainda 6.700 soldados e 1.600 policiais civis sob comando das Nações Unidas. Atualmente, menos de 2.000 boinas azuis estão no Haiti, dos quais

1.200 são brasileiros. (Folha de S. Paulo – Mundo – 26/06/04; O Globo – O Mundo – 26/06/04).

#### Nova busca tentará localizar corpo de desaparecido no Regime Militar

Segundo a *Folha de S. Paulo*, o deputado Nilmário Miranda, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, anunciou que uma nova busca será realizada na área do cemitério de Vila Formosa, em São Paulo, para tentar localizar o corpo do guerrilheiro Virgílio Gomes da Silva, desaparecido em setembro de 1969. O guerrilheiro comandou o seqüestro do embaixador dos Estados Unidos Charles Elbrick, em 4 de setembro de 1969, no Rio de Janeiro. Gomes da Silva teria sido o primeiro desaparecido político após a decretação do Ato Institucional nº 5, que suspendeu os direitos e garantias individuais e deu início ao período mais repressivo da ditadura militar. (Folha de S. Paulo – Brasil – 26/06/04).

#### A Força Nacional de Segurança Pública

O *Estado de S. Paulo* retomou na última semana a discussão sobre a criação de uma Força Nacional de Segurança. O jornal relembra que durante os debates da Assembléia Constituinte de 1988, grande parte dos parlamentares se recusava a atribuir um papel às Forças Armadas que ultrapassasse a defesa da pátria e a garantia dos poderes constitucionais. O *Estado* afirmou que apesar disso, a maioria dos constituintes se deixou persuadir de que em algumas situações os militares seriam forçosamente chamados a intervir para suprir a deficiência de órgãos civis dos estados. Desta forma, os constituintes admitiram que os militares pudessem ser empregados na “garantia da lei e da ordem” quando solicitados por um dos poderes constitucionais. Segundo o jornal, a redação presente na Constituição a este respeito permite interpretações divergentes no que tange à segurança pública, levando à crença de uns de que as Forças Armadas são capazes de substituir a polícia em qualquer situação mais crítica, enquanto que outros consideram que apenas em circunstâncias excepcionais, os militares podem realizar policiamento ostensivo e preventivo. Os próprios chefes militares adotam esta segunda posição, alegando que suas tropas não são preparadas para exercer funções de polícia. Ainda assim, ressalta o jornal, os casos em que a presença das Forças Armadas nas ruas é requerida têm aumentado e se tornado sistemáticos. Por esse motivo o *Estado* julga necessário discutir não apenas o papel das Forças Armadas, mas também a necessidade da existência de uma força federal capaz de ajudar os estados nos casos em que a situação da segurança pública é emergencial. Neste sentido, o jornal noticia que há duas semanas, o Senado aprovou um projeto de lei complementar, agora em trâmite na Câmara, tratando das atribuições subsidiárias das Forças Armadas. O projeto dá respaldo jurídico à atuação dos militares em suas ações de garantia da segurança pública. Ademais, o *Estado* lembra que o ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, acertou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva alguns detalhes para a criação da chamada “Força Nacional de Segurança Pública”, que inicialmente deve ser uma força tática, uniformizada e armada, composta por 1,5 mil policiais escolhidos entre as unidades de elite da Polícia Federal e das polícias estaduais. Esta força será treinada em Brasília para apoiar os

estados. No total, ela deve somar um efetivo de 3,5 homens e poderá cumprir as missões até agora atribuídas às Forças Armadas. (O Estado de S. Paulo - Editorial – 27/06/04).

#### Rumores sobre demissão do ministro da Defesa persistem

*O Globo* e a *Folha de S. Paulo* voltaram a noticiar a situação crítica enfrentada pelo ministro da Defesa José Viegas Filho no governo. De acordo com *O Globo*, Viegas, que por pouco não perdeu o cargo há duas semanas, não deve permanecer no governo após reforma ministerial planejada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para depois das eleições de novembro. O jornal aponta como causas principais da turbulência política uma leva de acusações como intrigas, lobby de grandes empresas e desgaste interno nas Forças Armadas e lembra que o ministro chegou a pôr seu cargo à disposição. Diante da recusa do Presidente à renúncia de Viegas, o ministro continua ocupando a pasta e se diz magoado com o que considera uma campanha injusta contra ele. Ainda segundo *O Globo*, o Presidente Lula teria manifestado recentemente a dois outros ministros sua insatisfação com a falta de liderança do ministro da Defesa com os comandos das Forças Armadas e com alguns deslizes éticos cometidos pelo mesmo. O atual ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, é o principal nome cogitado na substituição de Viegas. O jornal assinalou que internamente Viegas enfrenta a insatisfação das Forças Armadas por não terem obtido o reajuste salarial de 30%. Os maiores desentendimentos, no entanto, ocorrem entre o ministro da Defesa e o comandante do Exército, general Francisco Roberto de Albuquerque. O último teria desconsiderado a atuação de Viegas na escolha dos generais que comandariam as tropas brasileiras no Haiti. O ministro, que tem a prerrogativa legal para decidir o comando da missão, teria solicitado ao comandante uma lista tríplice, que não teria sido entregue. Assim, a escolha do general Américo Salvador para comandar as tropas brasileiras, e a escolha do general Augusto Heleno Ribeiro para o comando-geral da Força Internacional de Paz das Nações Unidas no Haiti teria sido feita pelo próprio chefe do Comando do Exército. A informação fornecida por *O Globo* é de que Viegas teria se calado para evitar atritos. Uma nota do Comando do Exército, no entanto, ameniza o impasse e afirma que a indicação dos generais para a missão no Haiti foi tratada em despacho do comandante com o ministro, que submeteu os nomes ao Presidente da República. Externamente, os principais ataques contra o ministro estariam vindo de poderosos grupos de lobby envolvidos na compra dos novos caças da Força Aérea Brasileira (FAB), que deve custar US\$ 700 milhões. Contrariando a preferência do Congresso, que apóia a compra de aviões da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), Viegas é acusado de defender a compra do caça russo Sukhoi 35. O ministro alega que é imparcial e que deve zelar pela lisura do processo de compra dos caças. Mesmo a ex-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, deputada Zulaiê Cobra, que mantinha boas relações com José Viegas Filho, defende agora sua demissão, afirmando que o ministro está desprestigiado e não tem voz ativa perante o Presidente da República, o que o impossibilitaria de obter recursos para seu ministério e poria, portanto, a Defesa e a soberania nacional em risco. As acusações de que o ministro teria faltado com ética ao contratar, sem licitação, uma

consultoria da Fundação Getúlio Vargas que teria beneficiado um antigo amigo seu, Antônio Bogado, contribuem para piorar a situação do ministro frente ao governo. Viegas explicou o fato dizendo que a Fundação é uma instituição reconhecida e “com notória especialização em questões administrativas”. Além disso, uma viagem que o ministro fez com sua mulher e duas filhas para o Mato Grosso do Sul em um jatinho da FAB levou diversos parlamentares a criticarem sua conduta. O ministro concedeu uma entrevista ao jornal *O Globo*, na qual diz se sentir ofendido com as notícias sobre sua possível demissão porque as mesmas são “inverídicas, injustas, infundadas”. Ele também afirmou que é injustiçado pela imprensa e que não se sente enfraquecido. Quanto à relação com o Alto Comando das Forças Armadas, Viegas assegura tratar-se de uma relação “boa, positiva, franca e correta”, e alega que sua função frente à insatisfação salarial é agir como intermediário. Sobre os deslizes éticos por ele cometidos, o ministro afirma que o Presidente Lula jamais se pronunciou a respeito de sua conduta, que o próprio Viegas considera inatacável. A *Folha de S. Paulo* noticiou que os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica consideram o ministro Viegas incapaz de garantir algum plano real de recuperação dos soldos militares e lembrou que os sargentos do Exército têm remuneração inferior ao que recebe a maioria dos soldados de Polícias Militares. De acordo com o jornal, um estudo em circulação no Congresso aponta que 40% dos militares ativos recorrem a empréstimos pessoais atualmente. A *Folha* considerou que, apesar do descontentamento das Forças Armadas ser visível, o surgimento de uma insubordinação é possibilidade remota, mas que o estilo de Viegas, “anódino e inépcia para o comando” contribuiu para piorar a situação e para disseminar nos quartéis a idéia de que o ministro da Defesa deveria ser militar. Por fim, o jornal considera que a ocupação da pasta de Defesa por um militar seria um retrocesso para o país. (*Folha de S. Paulo – Opinião – 26/06/04; O Globo – O País – 26/06/04; O Globo – O País – 27/06/04; O Globo – O País – 28/06/04*).

#### Governo federal transfere barco para a Namíbia

O negócio entre o Brasil e a Namíbia noticiado pelo *Informe Brasil* anterior teve prosseguimento na última semana. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o ministro da Defesa José Viegas Filho transferiu a corveta Purus para a Marinha da Namíbia. A corveta, que já tem 47 anos de uso, foi batizada de “LT Gen. Dimo Hamaambo” e será o primeiro navio da Marinha namibiana. Além disso, foi também noticiado que o Exército do país está sendo estruturado com a ajuda “de militares brasileiros”, como informou *O Estado de S. Paulo*. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 26/06/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 29/06/04*).

#### Viegas discute ajuda financeira do governo à empresa aérea Varig

Em cerimônia realizada no ministério da Defesa no dia 29 de junho, para o anúncio da liberação de R\$ 4,5 milhões ao Programa Calha Norte, o ministro da Defesa, José Viegas e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa falaram sobre o setor de aviação civil. O ministro da

Defesa afirmou que há interesse privado na empresa aérea Varig, caso a empresa seja saneada com a ajuda no governo federal. Ainda segundo ele, o BNDES poderia ajudar nesse saneamento. "O BNDES tem a disposição de fazê-lo, desde que se criem as condições institucionais positivas e necessárias para isso", disse Viegas. O presidente do BNDES, Carlos Lessa, explicou que há "pendências" na empresa e que a solução para seus problemas independe da ação do banco estatal. Lessa defendeu o compartilhamento de vôos entre as empresas Varig e TAM, argumentando que sem o acordo as empresas aéreas podem entrar em um processo competitivo em que todas sairão perdedoras. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 30/06/04; Jornal do Brasil – Economia – 30/06/04).

#### Novo diretor da Abin reconhece crise no órgão

O delegado da Polícia Civil de São Paulo Mauro Marcelo de Lima e Silva prometeu, durante sabatina no Senado Federal, que atuará como "porta-voz" dos funcionários da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Segundo afirmação de Mauro aos senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, existem cinco grupos adversários na agência, um deles seria formado por membros do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), da época do regime militar, e outro por novos agentes civis, concursados. O novo diretor disse ter conseguido uma "trégua" de alguns meses entre os grupos que disputam poder dentro da agência, até que possa efetivamente administrar e implementar mudanças no órgão. O delegado teve o seu nome aprovado neste dia 29, por unanimidade, para o cargo de diretor-geral da Abin, após sabatina na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A indicação ainda deverá passar em plenário. Durante a sabatina, o delegado afirmou que apesar do fato de ser amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o indicou para o cargo, não deixará de cumprir o que determina a Constituição, não confundindo nunca "a carreira de Estado com a de governo". Quanto ao questionamento do senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores (PT), se o fato de ter feito cursos no FBI (polícia federal americana) embutiria nele algum tipo de troca de favores com aquele órgão, Mauro afirmou que a transparência norteará suas ações e lembrou que, além de ter feito curso dos Estados Unidos, também realizou especialização profissional na França e em outros países como a Costa Rica e o Japão. (Jornal do Brasil – Brasil – 30/06/04).

#### Governo negocia inspeção nuclear mais ampla no país

Segundo informou o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa, José Viegas, disse que um novo acordo de salvaguardas está sendo negociado com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). De acordo com o ministro, o acordo, que ainda não foi concluído, irá orientar a realização das inspeções na unidade de reprodução de urânio, em Resende (estado do Rio de Janeiro). Contudo, o ministro não detalhou o que está em discussão e nem quando espera concluir as negociações. Viegas ressaltou que o Brasil "nunca se negou a permitir visitas e inspeções nas suas unidades de produção, nem se negará". Explicou, no entanto, que a visita dos órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU) de controle de produção e enriquecimento de urânio será feita "no marco dos acordos"

que forem subscritos. A entrevista do ministro foi uma resposta às declarações do diretor-geral da Agência, o egípcio Mohamed El Baradei, de que os inspetores da AIEA fazem questão de ver a ultracentrífuga de enriquecimento de urânio de Resende para se assegurarem de que o Brasil está cumprindo os compromissos de não proliferação nuclear. Baradei justificou, ainda, que a regra é aplicada a todos os países e que não há desconfiança em relação ao Brasil. Indagado se o Brasil assinará o protocolo adicional proposto pela Agência, o ministro da Defesa avisou: “O Brasil tem posição a esse respeito e ele é facultativo. Vamos negociar o acordo de salvaguardas, mas antes vamos nos dedicar a um exame mais aprofundado da assinatura do protocolo internacional”. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 30/06/04).

#### Viegas propõe reajuste de 10% para militares este ano

No último dia 29 de junho, o ministro da Defesa, José Viegas apresentou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma nova proposta de reajuste salarial para os militares. O ministro evitou detalhar a proposta, adiantando apenas que uma das possibilidades em estudo seria a de um reajuste escalonado para Exército, Marinha e Aeronáutica. Segundo técnicos do governo, a proposta do Ministério da Defesa prevê um aumento de 10% este ano e outros 23% concedidos no primeiro trimestre de 2005, somando os 33% reivindicados pelos três comandantes militares. Após a reunião, no Palácio do Planalto, o porta-voz da Presidência da República, André Singer, limitou-se a informar que o governo analisa o aumento salarial, mas que não há data para a conclusão dos estudos. Segundo *O Globo*, a falta de reajuste salarial para os militares é uma das causas do desgaste político de Viegas, acusado por oficiais e comandantes de não “brigar” pelo aumento junto ao presidente da República. O aumento conquistado por várias categorias de servidores civis fez com que a insatisfação entre os militares crescesse ainda mais. Antes dessa última reunião, os militares já haviam apresentado três propostas de reajuste: aumento linear de 35,4%; equiparação dos soldos dos militares aos valores pagos a servidores civis que integram as carreiras de Estado, o que equivaleria a um aumento de 31,9%; ou a revisão do adicional militar, que proporcionaria um reajuste médio de 28,47%. O comandante da Aeronáutica, Luiz Carlos Buenos, foi o primeiro a reconhecer publicamente, no início de abril deste ano, a insatisfação com o que chamou de “notória queda de poder aquisitivo” dos militares. Depois foi a vez de o comandante da Marinha, almirante Roberto Guimarães Carvalho, alertar para a crescente insatisfação dos militares. O comandante do Exército, general Francisco Roberto de Albuquerque, também defendeu publicamente a concessão de aumento salarial para a categoria. (O Globo – O País – 30/06/04).

#### Planalto recebe regulamentação de Estatuto do Desarmamento

Os ministérios da Defesa, Justiça e Desenvolvimento concluíram neste dia 30 o texto de regulamentação do Estatuto do Desarmamento, sancionado no fim do ano de 2003. A conclusão do texto foi acelerada após pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que declarou-se insatisfeito com a demora de seus auxiliares para fixar as regras complementares ao estatuto. O decreto, que deve ser assinado pelo

presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos próximos dias, não esgota o detalhamento do estatuto. Pela proposta enviada ao presidente, o Comando do Exército terá mais seis meses para estabelecer as normas de identificação de munição. O coordenador do Projeto Viva Rio, Rubem César Fernandes, declarou ao jornal *O Globo* que a prorrogação do prazo para marcação das munições é preocupante, pois a identificação é considerada por ele como essencial para a solução de crimes e para o rastreamento de munições desviadas de instalações militares e policiais. O artigo que trata da importação e exportação de armamento também foi ajustado, já que o texto original proibia a importação de armas de uso restrito que tivessem similares nacionais. Por sua vez, o novo texto elimina as restrições e prevê que a importação de armas, munição e acessórios de uso restrito dependerá de autorização prévia do Comando do Exército. A proibição só deve ocorrer quando o Exército considerar a compra como incompatível com a segurança interna. O decreto também não estabelece o valor das indenizações que o governo pagará a quem decidir entregar armas particulares à polícia ou ao Exército. Os valores serão determinados posteriormente numa portaria. Para cobrir as despesas com as indenizações, o governo espera a aprovação de um projeto que autoriza o Fundo Nacional de Segurança Pública a investir R\$ 10 milhões até o fim do ano na recompra de armas. Com a regulamentação do estatuto, o governo planeja recolher aproximadamente 90 mil armas até o fim do ano. (Jornal do Brasil – Brasil – 01/07/04; O Globo – O País – 30/06/04; O Globo – O País – 01/07/04; O Globo – O País – 02/07/04).

Dois homens invadem unidade do Exército e trocam tiros com sentinelas  
O jornal *O Globo* noticiou que no último dia 30 de junho dois homens armados com fuzis invadiram, no início da madrugada, as dependências do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Exército, na Avenida Brasil, em Bonsucesso (Rio de Janeiro). Os sentinelas do Exército perceberam a invasão e trocaram tiros com os criminosos, que, segundo as primeiras investigações da 21ª Delegacia de Polícia (DP), seriam da Favela Baixa do Sapateiro, no Complexo da Maré. A invasão aconteceu pelos fundos do quartel, onde a guarda foi reforçada há dois meses. Houve uma rápida troca de tiros e os invasores fugiram. Os militares pediram auxílio e toda a área foi cercada por policiais do 22 Batalhão da Polícia Militar (BPM), do Grupamento Especial Tático-Móvel (Getam) e do Batalhão de Policiamento de Vias Especiais (BPVE), que fizeram várias buscas. Apesar do grande aparato policial, os criminosos conseguiram fugir. Segundo informações de alguns policiais militares os criminosos provavelmente pretendiam roubar armas e munições. Esta foi a segunda investida de criminosos às instalações militares no mesmo bairro no Rio, pois no dia 03 de maio passado, um depósito da Aeronáutica, também na Avenida Brasil, em Bonsucesso, foi assaltado por cinco homens. Os criminosos renderam cinco soldados e roubaram 22 fuzis HK-33 com quatro carregadores, cada um com 40 cartuchos, uma pistola 9 mm com 15 balas e um automóvel Kombi. Ainda no dia 30, o Comando Militar do Leste (CML) alegou não ter sido informado do problema no CPOR. (O Globo – Rio – 01/07/04).

## SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – [www.folha.com.br](http://www.folha.com.br)

Jornal do Brasil – [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estado.com.br](http://www.estado.com.br)

O Globo – [www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br)

\*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [observatorio@franca.unesp.br](mailto:observatorio@franca.unesp.br) ou [observ@franca.unesp.br](mailto:observ@franca.unesp.br).

\*\*O Informe Brasil é um produto do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Mara Alves de Godoy, Ana Claudia Jaquetto Pereira, Leonardo Ulian Dall'Evedove (graduandos em Relações Internacionais e bolsistas PIBIC-CNPq), sob a responsabilidade de Érica Winand (Pós-Graduanda em História/ bolsista CAPES). As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.